AO EXMO. SR. PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS – ESTADO DA BAHIA

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº _____/2022

Requer o envio de Indicação ao Prefeito Municipal, para que seja realizada a manutenção da pavimentação de paralelepípedos, e a adição do sistema de drenagem pluvial nas ruas Açana, Pelicano e entorno, situadas no loteamento Pérolas do Mar, bairro Nossa Sra. Da Vitória, pelos fatos a seguir apontados.

Prezados edis,

Cumprimentando-os cordialmente, este vereador que abaixo lhes subscreve, em defesa do interesse coletivo dos munícipes desta cidade, com espeque nos artigos 83, III; 98, IX; e 110, todos constantes na Resolução 005/2017, indica-se ao Poder Executivo Municipal, que seja realizada a manutenção da pavimentação de paralelepípedos, e a adição do sistema de drenagem pluvial nas ruas Açana, Pelicano e entorno, situadas no loteamento Pérolas do Mar, bairro Nossa Sra. Da Vitória.

DA JUSTIFICATIVA

O objeto desta demanda visa reiterar a indicação de Nº 870 protocolada em 15/04/2021, que, assim como diversas outras solicitações encaminhadas ao Executivo, até o momento encontram-se sem solução.

Salientando que, existe uma emenda aditiva Nº 139, que insere o objeto da presente demanda como nova meta e prioridade ao Anexo I do Projeto de Lei nº 103/2021 que versa sobre a Lei Orçamentária Anual do Município de Ilhéus para o exercício financeiro do ano de dois mil e vinte e dois (2022) e dá outras providências.

Memorando ainda que, a pavimentação das ruas objeto da presente demanda, estão acometidas por crateras enormes, que se enchem de água nos dias de chuva, bem como de esgotos a céu aberto que propagam a formação de limo nas laterais da via, o que vem dificultando o tráfego de veículos automobilísticos e de pessoas. Os residentes da localidade estão indignados com a situação, pois, grande parte da extensão está comprometida.

Diante disso, sendo obrigação dos entes federativos, a implementação da política urbana no escopo de ordenar e desenvolver as funções sociais das cidades, de modo a garantir aos cidadãos o direito a municípios sustentáveis, como regulamenta o dispositivo constitucional o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Versa o diploma infraconstitucional acerca da obrigação dos entes federativos, sendo este compreendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

Ante o exposto, impõe-se que seja realizado pelo Poder Executivo Municipal, o recapeamento e drenagem pluvial da via apontada nesta demanda.

Nestes termos, espera atendimento.

Ilhéus, Bahia, 19 de abril de 2022.

TANDICK RESENDE DE MORAES JUNIOR

Vereador